

Re(senhas)

ISSN: 3085-6434

DOI:

<https://doi.org/10.71263/rbpsyb91>

## **A ANTROPOFAGIA E AS IDEIAS FORA DO LUGAR COMO CHAVES DE UMA LEITURA CRÍTICA DA FILOSOFIA BRASILEIRA**

José Roberto Nogueira de Sousa Carvalho<sup>1</sup>

### **Introdução**

A originalidade do pensamento brasileiro foi objeto de inúmeras questões no âmbito da Filosofia universitária

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Assessor (comissão) da Secretaria. Geral em Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF). E-mail: [jrnogueira.scarvalho@gmail.com](mailto:jrnogueira.scarvalho@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5345541325455205> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6280-9783>

nacional. Assim, incontáveis páginas foram preenchidas visando responder à pergunta “existe uma Filosofia Brasileira?”, promovendo um acalorado debate entre aqueles que reputam ao Brasil uma mera experiência assimilatória e aqueles que acreditam que há uma produção “genuinamente brasileira”.

A querela se constrói tendo por horizonte uma noção de “Filosofia” homogênea, que toma a parte (produção intelectual, majoritariamente escrita e nascida no âmbito universitário) como o todo (a multiplicidade de saberes em suas diferentes formas). Evidentemente, se trata de uma questão de Metafilosofia e uma disputa acerca do significado do termo “filósofo” que, pela sua complexidade, não é do escopo deste ensaio. Dessa forma, os autores que se questionam sobre a autenticidade da Filosofia feita no Brasil, geralmente, reduzem a multiplicidade de filosofias brasileiras à produção de intelectuais institucionalizados e antigos aristocratas que compunham a *intelligentsia* do Brasil monárquico ou republicano.

Ademais, além de ignorar os saberes indígenas, quilombolas e populares dos mais diversos grupos brasileiros, os querelantes tendem a incorrer no mito da originalidade. Aqui não se pretende negar a pertinência dos adjetivos nacionais para qualificar produções intelectuais ou saberes culturais, mas sim rebater a noção de que há uma filosofia “puramente” nacional de qualquer país que seja. Tal “pureza” se escora em uma noção de “originalidade” que não condiz com a História do Pensamento, afinal, não há ideia criada *ex nihilo*. Em outras palavras, não há uma filosofia “originalmente grega”

nascida de uma excepcionalidade de ideias que lá ocorreram sem influência externa. Não obstante, é possível falar em “Filosofia Grega” como um recorte que leva em consideração aspectos filosóficos, geográficos, políticos e epistemológicos, que, a propósito, só foram possíveis graças às trocas culturais com outras civilizações.

Deve-se ressaltar que Platão foi influenciado pelos saberes (Filosofia) dos egípcios, tal como os alemães foram profundamente afetados pelo pensamento grego. Do mesmo modo, o pensamento brasileiro não pode ser tolhido de sua autenticidade por sofrer com a influência de outros saberes. Não obstante, deve-se perceber e analisar o contexto em que se dão tais influências, como a colonização, a Globalização e a dependência frente aos grandes centros universitários estrangeiros.

Em razão da extensão do trabalho, este ensaio não visa lidar com todas as formas de filosofias presentes no Brasil, mas promover uma nova abordagem acerca da “Filosofia” institucionalizada que é objeto da contenda supracitada. Assim, o escopo deste ensaio é buscar ferramentas para lidar com a Filosofia Brasileira sem cair na defesa de uma “originalidade” ou “pureza” inexistente no pensamento humano, levando em conta também os mimetismos e os estrangeirismos que marcaram a história do pensamento nacional. Para tal empreendimento crítico, nos valem de dois termos saídos da intelectualidade e das manifestações culturais brasileiras: a “Antropofagia”, sinalizando a recepção e incorporação das ideias do Outro (geralmente um estrangeiro); e a “Ideia fora do lugar”, que aponta para o acoplamento de conceitos e noções

separadas das condições sociais que lhes deram origem, gerando um descompasso filosófico ou prático.

O ensaio objetiva, portanto, fornecer, a partir de um vocabulário brasileiro, uma análise crítica das produções filosóficas brasileiras, distinguindo-as entre boas e más incorporações do pensamento alheio. Em outras palavras, o ensaio propõe a divisão entre a assimilação do pensamento do Outro a partir da “Antropofagia” (a boa incorporação, que adapta o estrangeiro à realidade nacional) e das “Ideias fora do lugar” (a má incorporação, marcada pelo descompasso entre o pensamento e a realidade social).

## Antropofagia

Sobre a Antropofagia: observa-se nesse conceito, cunhado e desenvolvido por Oswald de Andrade (e retomado anos depois com o movimento Tropicália), o caráter emancipatório que visava autonomizar o Brasil de influências europeias nos mais diversos campos de produção cultural e intelectual. Assim, o dramaturgo, ao longo de sua carreira militante, descreveu um projeto típico do Modernismo no qual estava inserido: de valorização da produção nacional, ainda que essa tomasse emprestado conceitos e proposições estrangeiras. É neste sentido que insere Caetano Veloso, músico fortemente influenciado pela obra oswaldiana, ao se referir aos manifestos escritos por Andrade:

Sobretudo recebi o tratamento de choque dos “manifestos” oswaldianos: *Manifesto da poesia*

*pau-brasil*, de 24, e, principalmente, *Manifesto antropófago*, de 28. Esses dois textos de extraordinária beleza são ao mesmo tempo um *aggiornamento* e uma libertação das vanguardas europeias (Veloso, 2017, s. p.).

Veloso, por ter sido muito influenciado pela produção modernista de Andrade, promoveu um ressurgimento tardio dos ideais modernistas oswaldianos a partir do movimento Tropicália. Logo, o artista sumariza um intuito prescritivo na ideia de “Antropofagia”:

O segundo manifesto, o *Antropófago*, desenvolve e explicita a metáfora da devoração. Nós, brasileiros, não deveríamos imitar e sim devorar a informação nova, viesse de onde viesse, ou, nas palavras de Haroldo de Campos, “assimilar sob espécie brasileira a experiência estrangeira e reinventá-la em termos nossos, com qualidades locais ineludíveis que dariam ao produto resultante um caráter autônomo e lhes confeririam, em princípio, a possibilidade de passar a funcionar por sua vez, num confronto internacional, como produto de exportação” (Veloso, 2017, s. p.).

Logo, disto depende-se que o “Manifesto Antropófago” marca um esforço de não negar a influência do estrangeiro visando um “Brasil intocado”, mas buscar a construção do pensamento a partir da imagem dos hábitos dos “caraíbas” que habitaram o Brasil, ou seja, da incorporação do Outro a partir da devoração. Ademais, Andrade constrói essa

imagem quase que ao modo da antropofagia entre os Tupinambás (Castro, 2013) e Arawetés (Castro; Cunha, 2017), ou seja, uma relação dialética que visa a incorporação e a realocação dos sujeitos entre si.

Assim, se trata do desenvolvimento de uma experiência brasileira que recorre a buscar nos estrangeiros caracteres para seu enriquecimento, selecionados a partir das necessidades locais. Ou seja, uma apropriação de características como era feita pelos Tupinambás com o ato da antropofagia, uma perpetuação de características de um adversário visando a aprimoração da existência do grupo ao qual se pertence (Castro; Cunha, 2017). A antropofagia é a atualização das condições de existência de uma sociedade a partir de um contato dialético com o Outro.

É com essa imagem da incorporação do Outro, da seleção do que há de melhor, que Oswald de Andrade postula a “boa assimilação” para o âmbito cultural brasileiro: ao se questionar acerca do direito, Oswald escreveu: “Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o” (Andrade, 1978a, p. 16). Assim, essa busca pelo “aproveitável” e pelo “nutritivo” no pensamento alheio se daria de tal forma que, a antropofagia deveria ser traço distintivo do pensamento humano: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (Andrade, 1978a, p. 13).

A produção intelectual brasileira, constantemente influenciada pelos estrangeiros, seja pela colonização ou pela globalização, se daria por meio da antropofagia, sendo

entendida “como devoração e a simboliza no rito antropofágico, que é comunhão” (Andrade, 1978b, p. 143). Ou seja, o ato filosófico seria, em certa medida, a comunhão entre diferentes necessidades e respostas, gerando algo novo e peculiar a cada interação.

Apesar de Oswald de Andrade estar imbuído de uma análise modernista da cultura brasileira, seu conceito de “antropofagia” pode ser adaptado (“devorado”, em um certo sentido) para a leitura da produção intelectual e filosófica do país. Contudo, nesse contexto, uma ressalva deve ser feita: a Antropofagia é um valor oswaldiano e presume uma seleção bem sucedida do que é assimilado, ou seja, não se trata de mera descrição de toda a produção cultural brasileira.

É em razão disso que recorreremos às “ideias fora do lugar” para lidar com a filosofia que, em seu intuito assimilatório, seleciona de uma forma controversa o que vai “devorar”, resultando em um alheamento brasileiro em relação a seu próprio pensamento.

## As ideias fora do lugar

A noção de “Ideias fora do lugar” foi posta por Roberto Schwarz, crítico literário e professor, tendo em vista, de maneira imediata, a recepção e o estabelecimento do liberalismo no Brasil e suas contradições. Logo, é nessa análise que o autor, baseado na noção de que “Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema” conclui que, “Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias

liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis” (Schwarz, 2000, p. 11).

Ou seja, para o autor, as ideias estão vinculadas aos seus princípios que, por sua vez, têm íntima relação com as suas condições materiais de origem. Logo, diante da forma brasileira de produção científica, artística e discursiva, pode-se indicar que o Brasil seria um costureiro assimilador de ideias alheias às suas condições materiais: “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio” (Schwarz, 2000, p. 29). Em outras palavras, o Brasil recorre reiteradamente às ideias europeias para construir seu aparato discursivo, e essas estão, em geral, desprovidas de seu núcleo que deu as condições de sua existência e, portanto, de sua aplicabilidade.

Diante disso, Schwarz indica que o papel colonizador e a relação de submissão entre o Brasil e as potências europeias são fatores determinantes para tal relacionamento contraditório e prejudicial para o funcionamento das instituições sociais brasileiras:

Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as idéias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o

processo da colonização em seu conjunto, que é internacional (Schwarz, 2000, p. 30).

O problema da originalidade do pensamento brasileiro é recorrente, de modo que é importante ressaltar que Schwarz foi influenciado pela sociologia de Sérgio Buarque de Holanda, especialmente, ao se tratar das ideias fora do lugar, pela passagem retirada de “Raízes do Brasil”, na qual critica a ampla assimilação do pensamento europeu na cultura brasileira:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem (Holanda, 1995, p. 31).

Assim, Schwarz, parece fazer eco ao sociólogo de “Raízes do Brasil”, constituindo uma severa crítica aos movimentos de importação de conhecimento europeu que

simplesmente não se adequa às condições materiais e intelectuais brasileiras, gerando um clima de estranhamento e “estrangeiramento” em suas próprias terras. Não se trata, portanto, de uma mera questão da imagem evocada de paisagens geográficas e efeitos climáticos, mas sim de um alheamento às relações sociais e às condições materiais que gestaram os conceitos e correntes filosóficas que viriam a aportar e se fixar em terras brasileiras.

Remetendo aos precursores da crítica de Schwarz, Abrão, portanto, sintetiza a retomada das ideias promovida pelo autor, situando-o na linha de pensadores como João Cruz Costa e o próprio Sérgio Buarque de Holanda:

Formulada por Roberto Schwartz em um artigo intitulado precisamente “As Idéias Fora de Lugar”, essa teoria, no entanto, retoma as análises de João Cruz Costa (1904-1978) ou de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): as idéias no Brasil, copiadas de modelos estrangeiros e portanto sem as bases econômicas, sociais e políticas que as produziram na origem, estariam como que soltas ou, pelo menos, em uma relação muito peculiar com a realidade brasileira – o que explicaria tanto a sua pobreza e falta de originalidade quanto, ao contrário, a sua riqueza (Abrão, 1999, p. 468).

Nessa linha, a importação dos saberes estrangeiros seria uma forma assimilatória típica da realidade brasileira, que, por mais que eventualmente bem sucedida em alguns momentos, seria a causa de um perene estranhamento que torna o brasileiro

um “estrangeiro nas próprias terras”. Logo, o conceito de “Ideias fora do lugar” serviu para um diagnóstico da situação cultural brasileira, mas que pode ser utilizado como chave de leitura, em contraposição à “Antropofagia” neste ensaio, para compreender os movimentos assimiladores em determinados autores e movimentos filosóficos no país.

### **Um filosofar assimilatório e suas implicações**

O questionamento acerca da existência de um “filosofar brasileiro” tomou diversos contornos e nomenclaturas, como nas obras de Ivan Domingues (2017), Júlio Cabrera (2010) e Roberto Gomes (2008). Tamanhas contribuições esmiúçam o caso brasileiro, tendo, inevitavelmente, se deparado com o horizonte da questão da originalidade. A preocupação com tal caráter nacional e original (quase que puro) pode ser vista, na História da Filosofia no Brasil, em um livreto ainda mais antigo, atestando a perenidade do debate com a obra de Luis Washington Vita: “Panorama da filosofia no Brasil”, de 1969.

Nessa obra, o autor não tem dúvidas acerca da existência de uma filosofia nacional, e tampouco se debruça em diferentes nomenclaturas. Assim, para Vita, a originalidade do pensamento filosófico brasileiro reside na sua adaptabilidade e sua capacidade de testar o pensamento trazido do exterior:

Assim, a História da Filosofia no Brasil se, por um lado, quase sempre é a história da penetração do pensamento alheio nos recessos de nossa vida espiritual ou a

narrativa do grau de compreensão e do quociente de sensibilidade especulativa nossos, por outro lado é também a demonstração do critério de *escolha* ou de opção em face do pensamento mais adequado para a solução dos mais candentes problemas nacionais, partindo, portanto, do ambiente histórico-social que o circunda e o alenta, ainda que com idéias elaboradas no exterior porém *aqui* testadas e convertidas em condicionadoras de ação mais que em categorias abstratas (Vita, 1969, p. 3).

Isso se dá de maneira que o Brasil seria um “campo de batalha”, em que as ideias seriam postas à prova e, graças às suas condições materiais distintas, permitiria uma transformação ou superação do ideário europeu:

A mudança de *habitat* - um pensamento, meditado à sombra de carvalhos e castelos deve ser reeditado à vista de canaviais e mocambos... - serve, automaticamente, de campo de prova para as velhas ideias: algumas destas atingem nova significação, outras logo se perdem. (Vita, 1969, p. 3)

Logo, pode-se concluir que a produção brasileira se daria em termos de reação e reflexão, de modo que o filósofo profissional seria mais um maduro seletor de ideias que um porta-voz:

Isto é: enquanto na Europa o pensador, quase sempre, é um produto do ambiente em que se formou e atua, no Brasil ele é, por

regra, um reativo, um criador de atmosfera, um excitante intelectual, porque é sempre o condutor daquilo que, espiritualmente, é produto de outra circunstância espiritual (Vita, 1969, p. 4).

Pode-se sugerir, a partir das reflexões de Vita, que o caráter da Filosofia no Brasil, seja pela via da antropofagia ou pela via das ideias fora do lugar, é, devidamente assimilatório, no sentido de adaptação às exigências e realidades nacionais (Vita, 1969, p. 5). Sumarizando o pensamento de Vita quanto à “excepcionalidade brasileira”, pode-se compreender a “originalidade” do pensamento nacional como eminentemente baseada nas relações de assimilação e adaptação das ideias alheias:

No processo de assimilação das idéias alheias, imprimimos as nossas características, de acôrdo aliás com o velho princípio: tudo o que se recebe toma a forma do recipiente, ou como certos perfumes que, em contato com a epiderme, sofrem uma alteração química que lhes alteram a fragância, e nisto consiste nossa “originalidade” (Vita, 1969, p. 6).

Dessa forma, ao se tratar do pensamento institucionalizado brasileiro, é possível compreender os frutos do seu caráter assimilatório a partir das noções de: “antropofagia”, para as ideias que aqui prosperam e ressaltam sua adaptabilidade; e “ideias fora do lugar”, para aquelas que causam estranheza ou impraticabilidade, em razão de suas

bases materiais serem incompatíveis com as que encontram no Brasil.

Ressalta-se, em concordância com o entendimento de Vita, é possível perceber que a fertilidade da Filosofia no Brasil está mais relacionada à sua adaptabilidade que à uma suposta pureza. Ademais, diante da inexistência de um caráter “puramente nacional”, a Filosofia Brasileira ganha forma e potência criativa a partir da devoração de ideias alheias, que dá ao estrangeiro um formato adequado aos problemas nacionais, e não o contrário.

Nessa linha, Ariano Suassuna seria um grande sintoma do caráter assimilatório devorador do pensamento brasileiro. O dramaturgo-filósofo, que chegou a escrever um manual de Estética, foi profundamente influenciado pela cultura ibérica em seu teatro e música (Petry, 2010), não obstante, é inquestionável que sua obra é “genuinamente” brasileira. Com seu Movimento Armorial, Ariano Suassuna revela o caráter antropofágico do pensamento brasileiro ao propor uma dialética entre o popular e a erudição importada.

Todavia, é importante sopesar que o caráter assimilatório traz consigo algumas mazelas, dado o contexto social de dependência e colonização que envolveu a produção brasileira. Um exemplo disso é a hipervalorização dos paradigmas estrangeiros (Messias, 2017) em detrimento dos nacionais e regionais, fazendo com que pensadores brasileiros fiquem relegados ao esquecimento ou ao coadjuvantismo. É nesse contexto que a fala da filósofa marxista Angela Davis soa quase como uma denúncia: “Por que vocês precisam buscar

uma referência nos Estados Unidos? Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês comigo” (Mercier, 2020).

Desse modo, a Filosofia no Brasil se dá em um ambiente acadêmico que, pautando-se no mito da “originalidade”, restringe a produção brasileira ao papel de comentador. Logo, nesse espaço de construção do saber, o que vem do exterior é visto majoritariamente como “original”, enquanto o brasileiro é, geralmente, “assimilatório”, sendo tratado como menos importante. Como consequência, teorias sociais estrangeiras são utilizadas à revelia para tratar dos problemas nacionais, sendo incapazes de os compreender em sua complexidade, sendo um exemplo o uso acrítico de teorias estadunidenses sobre raça no cenário da miscigenação brasileira.

Perceber o caráter assimilatório do pensamento humano e abdicar do mito da “originalidade” são importantes passos para revalorizar a Filosofia e o pensamento brasileiros. É nesse sentido que os conceitos de “Antropofagia” e “Ideias fora do lugar”, do modo que foram empregadas neste ensaio, contribuem para essa revalorização, dado que assumem a assimilação como incontornável. Assim, abarcam tanto a dimensão positiva do processo assimilatório, ou seja, a devoração de ideias estrangeiras tendo em vista sua transformação em algo novo para o contexto local; quanto a dimensão negativa, que é a recepção irreflexiva que emprega o pensamento estrangeiro (geralmente, supervalorizando-o) em descompasso com a realidade social brasileira.

Em outras palavras, o uso de tais conceitos permite uma aproximação crítica à Filosofia Brasileira, sem incorrer no mito da “originalidade” e sem também ignorar a problemática da

recepção crítica do pensamento estrangeiro decorrente da realidade social periférica do país.

## Referências Bibliográficas

ABRÃO, Bernadette Siqueira. *História da Filosofia*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. In: ANDRADE, Oswald de. *Obras completas vol. VI: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias – Manifestos, teses de concursos e ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

ANDRADE, Oswald de. Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial. ANDRADE, Oswald de. *Obras completas vol. VI: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias – Manifestos, teses de concursos e ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

CABRERA, Júlio. *Diário de um filósofo no Brasil*. Unijuí, 2010.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Imanência do inimigo. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manoela Carneiro. “Vingança e temporalidade: os Tupinambá”. In: CUNHA, Manoela Carneiro. *Cultura com aspas*. 1. ed. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas - Ensaios Metafilosóficos* São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. 14ª ed. Curitiba, PR: Criar Edições, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MERCIER, Daniela. Lélia Gonzalez, onipresente. *El País*. São Paulo, 25 de out. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html>. Acesso em 3 fev. 2025.

MESSIAS, Elvis Rezende. Ensaio sobre o estrangeirismo referencial: a agravante do pedantismo no Brasil. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, [S. l.], n. 28, p. 50-64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4901>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PETRY, Livia. As raízes ibéricas e populares do teatro de Ariano Suassuna. *Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/35170>. Acesso em: 3 fev. 2025.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 5. Ed. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical: edição comemorativa de 20 anos*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

VITA, Luis Washington. *Panorama da filosofia no Brasil*. Porto alegre: Editora Globo, 1969

*Submetido em Janeiro de 2025*

*Aprovado em Fevereiro de 2025*

Re(senhas)

